


<div><div></div><div>TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA</div></div>			Matriz de Achados		Processo: 1685/2019			
Objeto do Trabalho: Gestão da frota de veículos da Polícia Civil do Distrito Federal.								
Objetivo Geral: Avaliar a gestão da frota de veículos automotores rodoviários da Polícia Civil do Distrito Federal.								
Objetivo Geral: Avaliar a gestão da frota de veículos automotores rodoviários da Polícia Civil do Distrito Federal.								
QA 1: A PCDF dispõe de uma sistemática adequada de aquisição de viaturas (VTRs) para sua frota?								
Ref	Achados de Auditoria	Critérios	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados	Item
1.1	Insuficiência de planejamento para aquisição e renovação da frota de VTRs na PCDF	1.1.1 - A aquisição de VTRs pela PCDF deve ser precedida de planejamento adequado, mediante a observância de critérios técnicos e objetivos. Legislação aplicável: Lei Federal nº 8.666/1993, art. 15; Decreto Distrital nº 32.880/2011, art. 2º; Instrução Normativa PCDF nº 42/1999 (revogada); e Portaria PCDF nº 69/2019.	A.1 - Ausência de dimensionamento e de planejamento para a renovação da frota de veículos 1. Inexistência de fixação da quantidade de veículos (ideal e/ou mínima) na PCDF; (DA 17, fls. 12) 2. Inexistência de um Plano de Substituição e realocação de viaturas na PCDF (na prática seguem a regra que as unidades da PCDF devem devolver as VTRs mais antigas e/ou com maior desgaste na mesma quantidade das VTRs novas recebidas); (DA 17, fls. 12) 3. Em 2018 a DPA/DAG apresentou o relatório nº 2/2018 objetivando subsidiar a elaboração de Estudo de renovação da frota da PCDF, todavia, não foram efetivadas providências a respeito; (DA 17, fls. 91-101) 4. Ausência de critérios técnicos e objetivos para a distribuição de VTRs entre as unidades da PCDF (foi realizado um estudo e proposta uma normatização, mas não foram adotadas providências a respeito ? (DA PT 19, - fls. 2; DA 47 ? fls. 136-139; 141-144) (DA_17 ; DA_PT_19 ; DA_47) A.2 - Obsolescência da frota de viaturas 5. A PCDF entende que o ideal seria manter os veículos na frota até 5 (cinco) anos de uso (DA 17, fls. 17/18 e DA 34, fls. 167), todavia, a realidade é bem distinta, com cerca de 73,73% das viaturas com mais de 5 anos de uso em razão de limitações orçamentárias (dados referentes ao mês de maio/2019 ? controle DITRAN). 6. Dificuldade na aquisição de algumas peças de determinados fabricantes de veículos, principalmente daqueles com mais de 5 anos de uso (concessionárias solicitam até 20 dias úteis para a entrega de alguns produtos). (DA 17, fls. 16) 7. Baixa aquisição de viaturas no período de 2014-2019; (DA PT 95; DA 46) (DA_17 ; DA_34 ; DA_46 ; DA_PT_95) A. 3 - Inadequabilidade da frota de viaturas 8. Inexistem avaliações de desempenho dos veículos adquiridos pela PCDF no período de 2014-2019 a fim de balizar novas aquisições (DA 17, fls. 12) 9. Diversas unidades da PCDF apontaram a falta de adequabilidade das VTRs recentemente adquiridas pela PCDF (DA PT 23 ? Checklists), tais como: a) há consenso entre a maioria das DP's quanto à inadequabilidade das VTRs mais recentemente adquiridas pela PCDF (modelo e especificações dos veículos) b) ausência de VTRs com cubículo para condução de presos (mesmo de VTRs caracterizadas), sendo necessário solicitar o empréstimo de VTRs antigas de outras DP's quando precisam (ex: para o uso em operações, transporte de pessoas apreendidas/presas, e mesmo para transporte de animais, no caso da DEMA etc.); c) necessidade de VTRs com tração na dianteira ou nas quatro rodas e com suspensão mais elevada pelas DP's que atendem áreas rurais e/ou terrenos de difícil acesso: (ex: CORPATRI, DEMA, CHPP, DCA II, 17ª DP, 20ª DP, 24ª DP e 38ª DP); 10. Em regra, os Termos de Referência para a aquisição de veículos são elaborados na DITRAN/DF, considerando aspectos tais como a obsolescência da frota e economicidade do veículo, baseados em levantamentos de necessidades realizados por gestores das unidades da PCDF (submetidas à avaliação de viabilidade técnica e financeira e posteriormente encaminhados à DITRAN, todavia: (DA 34, fls. 166); a) apenas 9,76% das DP's da PCDF informaram que participam do processo de aquisição e alocação de VTRs novas na Corporação (DEPATE e DITRAN); (DA PT 23 ? Checklists) b) verificou-se que as unidades demandantes participam eventualmente na definição de especificidades técnicas do projeto, a exemplo do IML na aquisição de rabecões. Há a participação direta apenas de servidores da DITRAN, DRM, Assessoria do DAG e apenas eventualmente das unidades demandantes; (DA 34, fls. 166) (DA_17 ; DA_PT_23 ; DA_34) A.4 - Benchmarking A PCSP informou que as novas aquisições de VTRs são orientadas em net work (levantamentos de possíveis falhas apontadas pelos policiais). A frota de VTRs caracterizadas é basicamente composta por dois tipos de VTRs: SUV grandes e Perua/Minivan com cubículos. (DA 49, fls. 2-4) (DA_111)	C.1 - Falta de qualificação e capacitação especializada dos servidores responsáveis pela elaboração dos Termos de Referência para a aquisição de veículos, os quais se limitam, em regra, a elaborar os TR com fundamento em conhecimentos empíricos e orientações das chefias, desprovidos de critérios técnicos e objetivos (A.1 ; A.3 ; A.4) C . 2 - Alterações nas dotações orçamentárias destinadas despesas com investimentos na Corporação. (A.2)	E.1 - Existência de uma frota de viaturas na PCDF incompatível com as necessidades da Corporação (qualitativa e quantitativamente) (A.1 ; A.2 ; A.3) E.2 - Aquisições recentes de VTRs em modelos de veículos que não atendem satisfatoriamente as necessidades das unidades da PCDF (A.1 ; A.3) E.3 - Limitação na prestação de serviços pela PCDF à sociedade (A.2 ; A.3) E . 4 - Ausência de conhecimento por parte do Comando da PCDF das necessidades de suas unidades orgânicas em relação à frota de viaturas: tempo adequado de uso, quantidade, tipos e especificações dos veículos compatíveis com o desempenho das atividades desenvolvidas. (A.1 ; A.2 ; A.3)	<ul style="list-style-type: none">Determinar à PCDF - Polícia Civil do Distrito Federal que:<ul style="list-style-type: none">Providencie o dimensionamento da frota de veículos da Corporação, com base em critérios objetivos, claros e mensuráveis, no sentido de: i. fixar a quantidade mínima e ideal de viaturas (caracterizadas e descaracterizadas) por unidade da Corporação (Departamentos, Coordenações, Institutos, Divisões, Delegacias e equivalentes); ii. estabelecer formalmente planejamento para a aquisição e renovação/substituição de viaturas a curto, médio e longo prazo; iii. especificar os veículos a serem adquiridos, em conformidade com as necessidades de suas unidades, assim como institucionalizar a realização contínua de avaliações de desempenho e feedback, abrangendo os setores que utilizam os veículos adquiridos, a fim de otimizar novas aquisições; (E.1; E.3; E.4; A.1; A.4;)Adote providências a fim de que os Termos de Referência para aquisição de viaturas sejam elaborados em critérios técnicos e objetivos, por setor (es) e/ou servidores com qualificação e/ou capacitação técnica compatível, mediante análise de avaliações de desempenho e feedback dos usuários das viaturas anteriormente adquiridas (C.1; E.2; A.3;)Recomendar à PCDF - Polícia Civil do Distrito Federal que:<ul style="list-style-type: none">Recomendar à PCDF que adote providências a fim de priorizar a execução das dotações orçamentárias destinadas às despesas com investimentos, de modo a viabilizar o cumprimento do planejamento do órgão, e evitar a ocorrência de problemas tais como os decorrentes da limitada aquisição de viaturas no período de 2014/2017. (C.2; E.1; E.3; A.2;)	1. Existência de uma frota de viaturas na PCDF formada por veículos compatíveis com as necessidades de suas unidades orgânicas 2. Otimização das aquisições de viaturas na PCDF 3. Melhoria na prestação dos serviços à sociedade	1.1
QA 2: A PCDF dispõe de uma sistemática adequada de controle do uso e de manutenção das viaturas (VTRs) de sua frota?								
Ref	Achados de Auditoria	Critérios	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados	Item
			A.1 - Insuficiência dos controles existentes 1. A utilização de viaturas se encontra disciplinada pela IN º 42/1999, inexistindo um instrumento efetivo de controle hábil a coibir as práticas de mau uso de viaturas, identificadas, por exemplo, nos procedimentos administrativos disciplinares; (DA 34, fls. 167; DA PT 23) 2. Foram identificadas 20 Sindicâncias (mais 3 com Protocolo para instauração) e 06 Procedimentos de Apuração Preliminar instaurados para apurar denúncias e/ou flagrantes de casos de mau uso de viaturas no período de 2014/2018; DA 34, fls. 184-185; DA 94; DA PT 56); 3. A inexistência de mecanismos de controle de uso e de localização de VTRs dificulta ainda a recuperação das VTRs objeto de furto e/ou roubo. No período de 2014/2019 foram identificadas 06 (seis) ocorrências nesse sentido, sendo que algumas VTRs foram encontradas totalmente destruídas. (DA 34, fls. 166, DA 47, fls. 87-111 e DA PT 55); (DA_PT_23 ; DA_34 ; DA_47 ; DA_PT_55 ; DA_PT_56 ; DA_94) A. 2 - Inexistência de controle do Pernoite de viaturas 4. Inexistência de controle do Pernoite de VTRs (foi descontinuado o Sistema Eletrônico de Pernoite - SISPEL, sendo que ainda não foi implementado outro controle em substituição (apesar de a DITEL dispor de um módulo já homologado e em vias de desenvolvimento); (Instrução Normativa nº 42/1999-PCDF, art. 15 e DA 46, fls. 77/78) 5. Ausência de critérios técnicos e objetivos para a concessão de pernoite de viaturas livre e em unidades distintas: (Instrução					

2.1	Insuficiência e subutilização dos controles relativos ao uso de viaturas	<p>2.1.1 - A PCDF deve dispor de controles que permitam o efetivo acompanhamento e fiscalização do uso das VTRs de sua frota, a fim de coibir eventuais abusos e desvios. Legislação aplicável: Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997), Lei Distrital nº 3.075/2002; Decreto Distrital nº 32.880/2011, art. 7º, 15, 18 e 19; Instrução Normativa nº 42/1999 ? PCDF (revogada); Portaria PCDF nº 69/2019.</p>	<p>concessão de pernoite de viaturas livre e em unidades distintas; (Instrução Normativa nº 42/1999); (DA_46 ; DA_PT_102)</p> <p>A.3 - Ausência de acompanhamento das autuações de infrações de trânsito cometidas por condutores de viaturas</p> <p>6. Ausência de acompanhamento, controle e fiscalização das multas de trânsito aplicadas às VTRs da PCDF: a) PCDF têm recebido um volume expressivo de multas de trânsito, apesar da Lei Distrital nº 3.075/2002 ter isentado a apresentação de relatórios de multas aos órgãos listados no art. 29 do CTB (aplicável ao DER e DETRAN/DF); (DA_PT_28) b) verificou-se ainda a existência de expressiva quantidade de multas aplicadas pelo DNIT e PRF (DA_PT_28); c) após gestões da CPA/DAG/PCDF cerca de 5,77% das VTRs foram alienadas em leilão com passivo de multas no período de 2014/2018 (multas do DNIT, DPRF, DETRAN/DF, DER/DF e de órgãos de outros estados (PA, RJ, GO). (DA_46, fls. 24-25) d) necessidade de regularizar a situação com o DER e DETRAN/DF e adotar providências no sentido de fiscalizar e, quando for o caso, responsabilizar os condutores de VTRs por multas aplicadas; e) DER não dispõe do cadastro de VTRs da PCDF (quando órgão solicita, DER encaminha para empresa que gerencia os equipamentos para que as placas não sejam capturadas no caso das seguintes infrações de trânsito: velocidade superior à permitida na via, avanço de sinal e transitar em faixas exclusivas, acostamentos e faixas canalizadas, estacionamento e parada. Além disso, o DER informou que é possível cadastrar as placas das VTRs no sistema de notificação de trânsito: (DA_35, fls. 1-12) ? o cadastro prévio deixa de onerar o órgão autuador (primeiro expede Notificação da Autuação, depois Notificação da Penalidade, o que implica custos de processamento e envio de correspondência&#61664; cada geração tem custo estimado de R\$ 9,00 pago ao SEPRO e R\$ 1,95 pago aos Correios). ? VTRs citadas no art. 1º da Lei 3.075/2002 não são isentas de todas as multas, mas apenas das que relacionadas com o art. 29, VII, da Lei 9503/1997 (CTB) ? multas aplicadas: necessidade de a PCDF solicitar ao DER/DF a baixa; ? passivo atual de multas aplicadas pelo DER/DF: 3.461 multas no montante de R\$ 642.696,42. (DA_35 ? fls. 7-12 e DA_PT_52) f) DETRAN/DF informou que: (DA_53 e DA_54) - as VTRs da PCDF caracterizadas e identificadas durante a auditoria de imagens são descartadas e retornam à empresa responsável pelos equipamentos eletrônicos, conforme prevê a Lei Distrital nº 3.075/2002 c/c art. 29, CTB. E que são poucos os casos que passam despercebidos; - para a baixa das multas ainda existentes nos prontuários das VTRs, é necessário que a PCDF solicite formalmente o cancelamento. g) A PRF e o DNIT informaram que não realizam cadastro prévio de viaturas para fins de isenção de multas de qualquer natureza, e que o cancelamento de multas depende de solicitação formal da PCDF constando a informação que a viatura se encontrava em situação de emergência nos termos do art. 29, inciso VII, CTB. (DA_59; DA_89) (DA_PT_28 ; DA_35 ; DA_46 ; DA_53 ; DA_54 ; DA_59 ; DA_89)</p> <p>A.4 - Subutilização de sistemática de gerenciamento do uso de viaturas no Instituto de Criminalística e Instituto Médico Legal</p> <p>7. Em 2017 foi desenvolvido pela DITEC/DGI/PCDF um protótipo a fim de implantar a sistemática de rastreamento de VTRs do IML e IC, incluindo funcionalidades: (DA_34, fls. 169/170; DA_PT_40) a) localização das VTRs, pontos de parada superiores a 5?, rotas percorridas; b) indicação de melhor rota/menor tempo para deslocamento das equipes de perícia; 8. No IC verificou-se que apenas 8 (oito) das 22 viaturas utilizadas pelas equipes de perícia se encontravam com dispositivos de rastreamento (GPS) ativos (embora os equipamentos tenham sido instalados em 16 VTRS sem previsão para as demais (das 16 VTRS, 02 viaturas aguardavam encaminhamento a DITEL para manutenção do dispositivo; 02 estavam com o GPS quebrado e 04 estavam baixadas na DITRAN). (DA_PT_77)</p> <p>9. No IML verificou-se que essa sistemática de monitoramento estava em desuso, e que era desconhecida a quantidade de viaturas com dispositivo em condições de funcionamento, apesar de terem sido instalados em 05 (cinco) dos 08 rabecões existentes no IC. (DA_PT_77)</p> <p>10. A DITEL/PCDF esclareceu que a sistemática de monitoramento de viaturas desenvolvida para o IML e IC é apropriada para essas unidades em razão de suas funcionalidades, mas que não é implantável em todas as VTRs da Corporação (DA_34, fls. 169-170)</p> <p>11. Por outro lado, apurou-se a possibilidade de monitoramento de todas as VTRs da PCDF a partir dos novos rádios de comunicação equipados nas VTRs recentemente adquiridas (sistema digital com tecnologia TETRA), o que pode ser viabilizado, por exemplo, mediante a celebração de convênios com outros órgãos da segurança pública. (DA_PT_40, fls. 3-4)</p> <p>12. Destaque-se que a DITEL/PCDF informou que na Corporação já existiam 242 VTRs recebidas com rádios digitais TETRA, e que há a necessidade de aquisição/substituição dos rádios antigos em razão da descontinuidade do sistema analógico (DA_47, fls. 132-133) (DA_34 ; DA_PT_40 ; DA_47 ; DA_PT_77)</p> <p>A.5 - Benchmarking</p> <p>13. Verificou-se que a PMDF dispõe de sistemática de monitoramento/rastreamento de todas as VTRs de sua frota (inclusive VTRs de inteligência), via GPS, a partir dos equipamentos rádios digitais com tecnologia TETRA das VTRs e HTs. (DA_PT_48)</p> <p>14. A PCSP informou que ainda não dispõe de sistemática de monitoramento das VTRs de sua frota, mas que realiza estudos nesse sentido, sendo que a forma mais cogitada atualmente consiste na utilização de GPS a partir do equipamento rádio de comunicação. (DA_49) (DA_49 ; DA_60 ; DA_PT_43)</p>	<p>C.1 - Insuficiência de uma sistemática efetiva de controle, acompanhamento e fiscalização do uso de viaturas (A.1 ; A.2 ; A.3)</p> <p>C . 2 - Inexistência de diretrizes disciplina a utilização de sistemática disponível na Corporação a fim de otimizar a gestão dos serviços relacionados à atividade do IC e IML. (A.4)</p> <p>C.3 - Norma que disciplina o pernoite de viaturas apresenta critérios genéricos e possibilidade de concessão a agentes públicos de forma indistinta e independente da aferição de efetiva ocorrência e frequência de acionamentos fora do horário regular de serviço. (A.2)</p>	<p>E.1 - Possível uso indevido de viaturas por parte dos servidores do órgão. (A.1 ; A.2 ; A.3)</p> <p>E . 2 - Dificuldade na localização de VTRs roubadas e/ou furtadas (A.1)</p> <p>E.3 - Ineficiência dos serviços prestados à sociedade; (A.1 ; A.4)</p> <p>E . 4 - Má alocação de recursos públicos (A.4)</p>	<ul style="list-style-type: none">Determinar à PCDF - Polícia Civil do Distrito Federal que:<ul style="list-style-type: none">Normatize e implante sistemática para o efetivo controle, acompanhamento e fiscalização do uso de viaturas na Corporação, a exemplo do rastreamento de viaturas via GPS por meio dos equipamentos de rádio (C.1; E.1; E.2; E.3; E.4; A.1; A.2; A.5;)Implante controles efetivos do pernoite de viaturas, além de vincular a autorização de pernoite em unidades distintas e pernoite livre à situações excepcionais que justifiquem a medida, mediante a fixação de critérios técnicos e objetivos (C.1; C.3; E.1; E.3; E.4; A.1;)Adote providências com vistas a implementar a sistemática de gestão e monitoramento de todas as viaturas empregadas na atividade fim do IC e IML, a fim de otimizar a prestação de serviços (perícias, recolhimento de cadáveres, etc.), avaliando a conveniência de extensão dessa sistemática a outras unidades da PCDF (C.2; E.3; E.4; A.4;)Discipline a forma de controle, acompanhamento e baixa das notificações de trânsito aplicadas a viaturas, e de responsabilização dos respectivos usuários, quando for o caso (C.1; E.1; E.4; A.3;)	<p>1. Ampliação do controle da utilização de viaturas a fim de coibir usos contrários ao interesse público</p> <p>2. Potencial aumento da vida útil das viaturas em razão do maior controle sobre o uso.</p> <p>3. Otimização dos serviços prestados à sociedade pelo IML e IC (redução do tempo de atendimento de perícias e serviços solicitados).</p> <p>4. Racionalização na utilização de recursos públicos</p>	2.1
-----	--	--	---	--	--	--	--	-----

2.2	Deficiências nos controles e prestação dos serviços de manutenção VTRs da PCDF	2.2.1 - - Os serviços de manutenção de VTRs devem ser precedidos de planejamento adequado e ser executados em conformidade com as necessidades da Corporação. Legislação aplicável: CF/1998, art. 37 (princípio da eficiência); Instrução Normativa PCDF nº 42/1999 (revogada); e Portaria PCDF nº 69/2019.	<p>A.1 - Ausência de controles sistematizados 1. PCDF não dispõe de controles sistematizados para o acompanhamento e fiscalização das despesas com manutenção das VTRs, não sendo possível a emissão de relatórios gerenciais, nem a prestação de informações, senão mediante a consulta manual a cada uma das pastas das VTRs da Corporação; (DA 34, fls. 176/186) 2. DITRAN/PCDF não dispõe de controle sistematizado das revisões veiculares, que viabilize o registro dos serviços realizados e as peças empregadas nas revisões e seus respectivos valores, tampouco dispõe de controle da situação das viaturas baixadas para manutenção, que possibilite verificar o andamento dos serviços ou qual seção (oficina) o veículo se encontra para a manutenção. (DA PT 18; DA 46, fls. 18). 3. Limitações dos controles utilizados pela DITRAN sobre os serviços de manutenção das VTRS: (DA 17, fls. 15/16; DA 22, fls. 375-376; DA PT 18) a) Ordens de Serviço (OS); b) Controles individuais; c) Livro de Registro de viatura (caderneta); d) Sistema ASI/DRM; e) Sistema SAF WEB. f) Sistema LBW 4. Todavia, por meio desses controles não é possível obter informações relativas a: ? emissão de relatórios gerenciais do tempo de permanência dos veículos na DITRAN/DF (embora sejam registradas as datas de bloqueio/entrada e desbloqueio/saída da unidade); (DA 46, fls. 86) ? registros das manutenções realizadas; (DA 74) (DA_17 ; DA_PT_18 ; DA_22 ; DA_34 ; DA_46 ; DA_PT_74)</p> <p>A.2 - Dificuldades na implantação do Sistema de Gestão de Viaturas na DITRAN 5. A SRDV/DITRAN informou dificuldades na implantação/produção do Módulo Viaturas do SGA, consistentes em: (DA PT 28) a) falta de digitalização e armazenamento de documentos relativos aos veículos no sistema, sendo necessária a adoção de procedimentos para cadastrar os documentos no Sistema Protocolo da PCDF; b) a consulta a documentação das viaturas dependia de acesso ao Sistema Protocolo após consulta ao SGA (necessidade de uso de um número de protocolo para o acesso, era mais simples a consulta do SGA); c) necessidade de digitar todo o campo ? histórico? do LBW no campo ?observações? do SGA, ambos sendo campos textuais, o que demandaria um tempo considerável; 6. Verificou-se que 27.03.2019 apenas 3,34% das viaturas tinham sido cadastradas no Módulo Viatura, sem qualquer previsão de cadastro da totalidade dos veículos, tendo em vista as dificuldades apresentadas e a limitação de pessoal na seção; (DA PT 28) (DA_PT_28)</p> <p>A.3 - Ausência de contratos necessários aos serviços de manutenção das viaturas na DITRAN/PCDF 7. Inexistência de contratos vigentes necessários à realização da manutenção veicular na DITRAN em 2017/2018 (término da vigência de contratos firmados, sendo que ainda não tinham sido realizadas licitações para novas contratações): a) O contrato para a manutenção de ar condicionado nas VTRs da Corporação terminou em fevereiro de 2017; (DA 22, fls. 376) b) Os dois contratos para fornecimento de baterias para as VTRs terminaram em 13.03.2019; (DA PT 28 e DA 65) c) 10 dos 12 contratos para fornecimento de peças, componentes e acessórios para as VTRs da PCDF (manutenção na DITRAN) tiveram término de vigência em março de 2019 (exceto os CTS de rodas de liga leve e retífica de motores), sendo que a DITRAN tinha encaminhado o Termo de Referência para as novas contratações ao setor competente ainda em 29.10.2018; (DA 65; DA 66 e DA 67) (DA_22 ; DA_PT_28 ; DA_65 ; DA_66 ; DA_67)</p> <p>A.4 - Ausência de contratos para a realização das revisões das viaturas durante o período de garantia do fabricante. 8. Ausência de contratos para a realização das outras duas revisões no período de garantia das VTRs mais novas (NISSAN ? Versa e GM ? Cobalt), cujos processos de contratação se encontravam em tramitação (00052-00000.291/2019-11 e 00052-00022733/2018-08). A primeira revisão foi contratada nos mesmos processos de aquisição das VTRs (DA 17, fls. 13; DA 47, fls. 18;) 9. Em relação às VTR Renault Sandero, verificou-se que ainda se encontrava em elaboração o Termo de Referência para a contratação dos serviços de manutenção durante o período de garantia (20 e 30 mil km). (DA 47, fls. 18-19); 10. Todavia, verificou-se em 13.06.2019 a existência de viaturas paradas na DITRAN aguardando a realização da 2ª revisão da garantia, sem previsão de retorno às unidades de origem; (DA 84; DA PT 85) (DA_17 ; DA_47 ; DA_84 ; DA_PT_85)</p> <p>A.5 - Viaturas paradas por longos períodos na DITRAN aguardando manutenção 11. Apurou-se que das viaturas paradas na DITRAN em 13.06.2019 para a realização de algum tipo de manutenção, cerca de 47,37% se encontravam na unidade há mais de 30 (trinta) dias para a realização de serviços das mais diversas naturezas. (DA PT 85; DA 84, DA 99, fls. 13-24). (DA_84 ; DA_PT_85 ; DA_99)</p> <p>A.6 - Demora para a reparação de viaturas acidentadas 12. Verificou-se que 28,95% das viaturas acidentadas na DITRAN se encontram na unidade a mais de 1 (um) ano. Esse percentual sobe para 52,63% quando considerada quantidade de viaturas na unidade há mais de 100 (cem) dias. (DA 86 e DA PT 87); 13. Destas viaturas, verificou-se que 23,68% são objeto de Processo Licitatório para reparo em contratadas, sendo que para cerca de 60,53% das viaturas inexistente qualquer previsão de conserto; (DA 86 e DA PT 87) 14. Salvo as situação em que terceiro ou servidor responsável pelos danos assumem as despesas com o reparo das viaturas, nas demais situações verificou-se que a reparação das viaturas depende da conclusão dos procedimentos administrativos instaurados para identificar os responsáveis pelos danos e obter dos respectivos ressarcimentos. (DA 100) (DA_86 ; DA_PT_87 ; DA_100)</p> <p>A.7 - Benchmarking 15. No CBMDF a recuperação das viaturas é iniciada com a autuação dos processos para a apuração de responsabilidades, após a expedição do Laudo de Extensão de Danos pelo Centro de Manutenção do CBMDF, sendo necessário apenas que sejam ?guardadas as cautelas necessárias e indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos de apuração de responsabilidade?. (DA 104). (DA_104)</p>	C.1 - Limitações e problemas na implantação de solução de TI (Sistema de Gestão de VTR) na DITRAN (A.1 ; A.2)	E . 1 - Risco de indisponibilidade de VTRs em razão da interrupção na prestação dos serviços de manutenção, com potencial prejuízo à prestação de serviços à sociedade pela Corporação. (A.1 ; A.2 ; A.3 ; A.4 ; A.5 ; A.6 ; A.7)	<ul style="list-style-type: none">Determinar à PCDF - Polícia Civil do Distrito Federal que:<ul style="list-style-type: none">Implante controles sistematizados que viabilizem o acompanhamento gerencial e fiscalização das atividades e despesas relacionadas à manutenção de suas viaturas, incluindo: i) dados relativos às viaturas (cadeia dominial, documentação, multas, etc.); ii) histórico de manutenções (preventivas e corretivas), relação e valores das peças, componentes e acessórios aplicados, e serviços realizados tanto na DITRAN/PCDF quanto em contratadas; iii) situação/localização da viatura na DITRAN (andamento dos serviços e local/oficina em que se encontrar); (C.1; A.1; A.2;)Adote providências a fim de tornar tempestivas as contratações de: i) fornecedores de peças, componentes e acessórios para a manutenção de viaturas; ii) serviços de manutenção realizados fora da DITRAN/PCDF, a exemplo das preventivas durante o período de garantia dos veículos, e das corretivas que requeiram serviços especializados e/ou mais complexos); (C.2; E.1; A.3; A.4; A.5;)Abstenha-se de atribuir quantidade excessiva de contratos a um único executor, limitando-a em razão da complexidade e duração dos ajustes, a fim de não comprometer a eficiência da gestão de sua frot (C.4; A.5;)Avalie a pertinência de ajustar os termos de seus normativos internos que tratam do reparo de viaturas sinistradas, de modo a garantir eficiência e tempestividade na recuperação dos veículos (C.3; E.1; A.5; A.6; A.7;)Adote providências a fim de solucionar as limitações identificadas na implantação do Sistema de Gestão de Viaturas pela Seção de Registro e Cadastro de Viaturas da DITRAN (SRDV/DITRAN); (C.1; E.1; A.1;)Recomendar à PCDF - Polícia Civil do Distrito Federal que:<ul style="list-style-type: none">Recomendar à PCDF que implemente indicadores de desempenho que permitam o monitoramento do tempo alocado à manutenção de viaturas, a fim de sanar eventuais ineficiências (viaturas paradas por longo períodos) e de melhorar a prestação dos serviços (C.2; C.3; E.1; A.5; A.6;)	1. Otimização dos serviços de manutenção às viaturas da Corporação 2. Redução do tempo de indisponibilidade das viaturas da PCDF na DITRAN para manutenção veicular 3. Disponibilidade maior de viaturas para prestação de serviços à sociedade	2.2
-----	--	---	--	---	---	---	---	-----

QA 3: A descarga/alienação de viaturas (VTRs) da Polícia Civil do Distrito Federal é realizada de modo planejado, regular e tempestivo?								
Ref	Achados de Auditoria	Critérios	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados	Item
3.1	Inexistência de critérios formais para a alienação de viaturas	3 . 1 . 1 - As descargas/alienações das VTRs da PCDF devem ser pautadas por planejamento consistente e por critérios técnicos adequados, e estar devidamente regulamentado no âmbito da instituição pública. Legislação aplicável: Lei Complementar Distrital nº 751/2007; Decreto Distrital nº 16.109/1994; e Decreto Federal nº 21.981/1932.	A.1 - A Comissão Permanente de Alienação (CPA) não se encontra prevista no Regimento Interno da PCDF, sendo que inexistente previsão normativa para a alienação de viaturas antieconômicas da PCDF, embora venha desempenhando essa atribuição. (DA 58) (DA_58) A.2 - A PCDF tem adotado os seguintes critérios (não institucionalizados) para descarga e alienação de VTRs: (DA 22 ? fls. 377) a) ano de fabricação: em regra, os veículos mais antigos são os primeiros a serem descarregados e alienados, b) estado geral do veículo: necessidade da avaliação, há veículos mais novos, porém mais utilizados, que demandam mais manutenções (e custos); c) manutenções dispendiosas: há veículos que apresentam problemas mais graves como: retífica/troca de motor, câmbio ou cabeçote, que são priorizados na indicação para alienação; (DA_22) A.3 - Além disso, a CPA/PCDF informou que tem adotado como critério, em regra, iniciar o processo de alienação quando a Corporação alcança a quantidade de 100 veículos descarregados. (DA 17, fls. 333 e 377), todavia, inexistente normatização disciplinando a matéria; (DA_17) A.4 - Proposta Técnica apresentada pela SPA/DAG em 2014 concluiu pela criação da estrutura da Divisão de Custódia Policial e pelo remodelamento da Comissão Permanente de Alienação, com a ampliação do quadro de pessoal da unidade, todavia, não foram adotadas medidas a respeito; (DA 58 e 75) (DA_58 ; DA_75)	C.1 - Ausência de normas definindo todas as atribuições atualmente desenvolvidas pela Comissão Permanente de Alienação (CPA), bem como os procedimentos para o processo de alienação de viaturas (A.1 ; A.2 ; A.3 ; A.4)	E . 1 - Risco de descontinuidade na sistemática de alienação regular e tempestiva atualmente realizada pela CPA (A.1 ; A.2 ; A.3 ; A.4)	<ul style="list-style-type: none">• Determinar à PCDF - Polícia Civil do Distrito Federal que:<ul style="list-style-type: none">◦ Discipline e estabeleça formalmente as atribuições legais inerentes à Comissão Permanente de Alienação da Corporação (C.1; E.1; A.1; A.2; A.4;)◦ Normatize o processo de descarga e alienação de viaturas na Corporação, disciplinando critérios objetivos e procedimentos que assegurem a regularidade e a tempestividade das alienações (C.1; E.1; A.2; A.3; A.4;)	1. Manutenção da regularidade e tempestividade das alienações de viaturas na PCDF	3.1

Data de Elaboração: 17/03/2020 17:24:12 / Elaborado por: Luciana Rocha De Melo Alvim (Coordenadora), Marcos Magalhães Avelar Borborema / Supervisor: José Vitor Akegawa Pierre.